

OPINIÃO ECONÔMICA

A privatização da Vale

PAULO NOGUEIRA
BATISTA JR.

Afirma-se com frequência que estamos vivendo na "era da informação". Os extraordinários progressos no campo das telecomunicações e da informática estariam permitindo uma ampliação sem precedentes das possibilidades de propagar dados, imagens e opiniões em escala mundial.

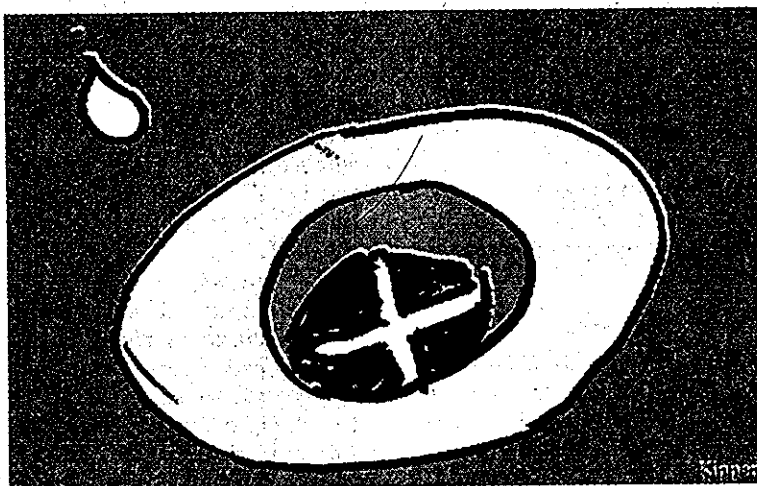
Trata-se, infelizmente, de uma meia verdade. E, como disse um grande poeta inglês, Alfred Tennyson, "a mentira que é meia verdade é a pior das mentiras".

Boa parte da informação que circula pelo mundo não chega propriamente a informar. Às vezes, desinforma. Em geral, o ruído prevalece sobre a informação.

É difícil acompanhar até mesmo o que acontece no Brasil. Considere, por exemplo, a questão da privatização da Vale do Rio Doce. Não é um assunto qualquer. O noticiário sobre a sua venda tem sido volumoso.

Não obstante, o cidadão comum, que tem todo o direito de saber o destino que será dado a uma parte fundamental do patrimônio público brasileiro, mas não tem informações privilegiadas ou tempo de examinar o assunto por conta própria, simplesmente não consegue ter acesso aos pontos fundamentais. Ou se desinteressa da questão ou passa a opinar com base em preconceitos ideológicos e políticos.

É um quadro deprimente. Afinal, a Vale é uma das poucas multinacionais brasileiras. Mesmo os adversários mais aguerridos das empresas estatais, como Roberto Campos, reconhecem que é uma empresa eficiente, que venceu no mercado internacional e passou a ser



uma das principais mineradoras do mundo.

Há muitas questões que ainda não receberam esclarecimento adequado da parte do governo. A começar pela mais fundamental: por que se deseja vender a Vale? E mais especificamente: qual a destinação que se dará aos recursos resultantes da sua venda?

Esse último ponto, praticamente não foi objeto de discussão pública, em parte porque a questão não está passando pelo Congresso.

A imensa maioria dos brasileiros que tentam acompanhar a venda da Vale pelos jornais ou pela televisão não faz a menor idéia do que vai acontecer. A propaganda governamental informa vagamente que o dinheiro será usado para "abater a dívida pública".

Em entrevista recente a "O Estado de S. Paulo", um dos diretores do Banco Central, Francisco Lopes, relatou que esse ponto foi objeto de divergências dentro do governo. Segundo ele, a solução a que se chegou — sabe-se lá como — foi um "meio-termo", um "acordo" entre as alas "desenvolvimentista" e "fiscalista" do governo.

Ai de nós. Estima-se que o governo federal poderá arrecadar,

no leilão marcado para o final deste mês, cerca de R\$ 3 bilhões. Pelo acordo a que se refere Lopes, metade do dinheiro entrará no caixa do governo e será utilizada diretamente para "abater dívidas".

A outra metade será destinada a formar um fundo, no âmbito do BNDES, que concederá empréstimos ao setor privado para investimentos em infraestrutura, isto é, estradas, energia elétrica e saneamento.

De acordo com o diretor do Banco Central, "esse fundo cobrará taxas de juro marginalmente menores do que as que o Tesouro e o Banco Central pagam quando emitem seus títulos". Serão empréstimos subsidiados, portanto, com perda para o governo.

Recorrendo (suponho) a fina ironia, Lopes declarou que essa solução foi a que permitiu conciliar as preocupações fiscais da ala "fiscalista" com o "anseio do lado desenvolvimentista" do governo.

Bem. Quanto ao impacto "fiscal", não se pode dizer que a entrada de R\$ 1,5 bilhão seja suficiente para alterar o quadro do endividamento público.

Basta lembrar que, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a dívida em títulos fe-

derais (exclusive papéis na carteira do BC) já aumentou de R\$ 62 bilhões para R\$ 181 bilhões, impulsionada por déficits públicos, pelas elevadas taxas de juro, pela acumulação de reservas internacionais e por operações de socorro a bancos públicos e privados, Estados e outros setores. R\$ 1,5 bilhão corresponde, portanto, a apenas 1,3% da dívida mobiliária adicional acumulada durante o atual governo.

Quanto à metade que vai para o fundo do BNDES, o benefício é mais duvidoso. A capacidade dos bancos estatais de avaliar riscos de crédito e de cobrar os empréstimos devidos é notoriamente deficiente, para dizer o mínimo.

É incrível que se decida privatizar uma empresa estruturada e eficiente como a Vale, com o argumento de que é preciso retirá-la do alcance dos políticos e dos interesses corporativos, para em seguida destinar metade dos recursos obtidos a um banco estatal, encarregando-o de conceder a grupos privados empréstimos subsidiados e de repagamento provavelmente problemático.

Evidentemente, na medida em que as ações da Vale forem vendidas a corporações estrangeiras, aumentará o influxo dos investimentos diretos que vêm cobrindo o déficit crescente do balanço de pagamentos em conta corrente.

Fecha-se, assim, o círculo do absurdo. Estão vendendo uma das principais empresas do país para ajudar a tapar os rombos produzidos pela política cambial do Plano Real.

Paulo Nogueira Batista Jr., 42, professor da Fundação Getúlio Vargas e pesquisador-visitante do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, escreve às quintas-feiras nesta coluna.
E-mail: pnjbjr@ibm.net

É mesmo preciso destruir a indústria nacional?

ALOYSIO BIONDI

O governo FHC decidiu dar prioridade à instalação de telefones no país: está investindo, ele próprio, 400% ou 500% a mais nessa área do que na pesquisa de petróleo ou construção de usinas hidrelétricas (fontes de energia, que movimentam a economia do país, geram novas indústrias, novos empregos, mais renda).

A prioridade em si, nessas proporções cavaleares, já é discutível. Mas, além disso, os caminhos escolhidos para o "salto" no setor de telecomunicações são absolutamente ruinosos para o Brasil —servindo bem para avaliar as aberrações de política "deseconômica" e "de desindustrialização" adotada pela equipe FHC. Tudo o que uma classe empresarial e uma sociedade com-vergonha não deveria aceitar de governantes está ocorrendo:

★Estratégia - Há poucos dias, o ministro Sérgio Motta anunciou uma "política de apoio" à indústria de telecomunicações.

★Dólares - Essa "política", na verdade, concede vantagens, incentivos para as multinacionais do setor importarem peças e componentes. Leia-se: concede vantagens para essas empresas destruírem as indústrias nacio-

nais que fornecem peças e componentes. Ou ainda: a "política" de governo é conceder vantagens para "torrar dólares" com importações, afundando cada vez mais as contas do país com o resto do mundo. Isso, mesmo agora, quando até os geniozinhos da equipe FHC admitem que o "rombo" na balança comercial (exportações menos importações) está preocupante.

★Recessão - O estímulo às importações tende a levar o país, como no passado, à falta de dólares para pagar seus compromissos. Aí será preciso arrear a economia, provocar uma recessão escancarada.

★Seu capital - Além de conceder vantagens para as multinacionais importarem, o governo FHC vai ao deslante de reservar alguns bilhões de reais do BNDES para serem emprestados exclusivamente para essas empresas. Isto é: o governo brasileiro está "pagando" para as multinacionais esmagarem as indústrias nacionais —às quais não dá crédito. Tudo a prazos longuíssimos e taxas de juros escandalosamente baixas.

Resumindo: a "política industrial" do governo FHC é o avesso do que deveria ser. Destrói indústrias de fornecedores, destrói empregos, "torra dólares", desvia empréstimos para multi-

nacionais —que, portanto, nem sequer trazem os tão falados dólares para investir no país. Tudo incentivado, subsidiado pelos empresários brasileiros e demais contribuintes, classe média e povão.

De quebra, outra aberração sobre a qual, estranhamente, não se fala nestes últimos tempos: a total dependência em relação à importação de tecnologia. O "emburrecimento" total do Brasil, que está se transformando em um país incapaz de produzir até as coisas mais simples.

Emburrecimento - 1

A equipe FHC e demais defensores do "escancaramento" do mercado têm manipulado a opinião pública, com o uso de um argumento bastante atraente: é preciso atrair as multinacionais, dizem, porque elas têm "tecnologia avançada", isto é, seus métodos de produção significam modernizar a indústria e a economia do país, nestes tempos de "globalização".

A falsidade desse argumento é arrepiante. Como na década de 70, cria-se toda uma mitologia em torno de "tecnologia", como algo etéreo e inacessível. Tecnologia, por definição, é a forma de fazer qualquer coisa. Uma

doná-de-casa hábil em fazer um assado tem "tecnologia"; um pescador que saiba quando desencadear a fígada, idem; um ceramista que saiba o "ponto" do barro, igualmente.

Emburrecimento - 2

Um país está desenvolvendo tecnologia, está evoluindo, quando suas empresas e seus habitantes sabem "como" fazer ou produzir qualquer coisa. Inversamente, quando um país destrói as empresas e os empregados que "sabem" fazer coisas, ele está, na verdade, destruindo tecnologia, destruindo seu conhecimento.

Esse país, ou republiquetista, muda completamente de posição: passa a ser um país que "não sabe" fazer, já que todo o conhecimento industrial estará em mãos de multinacionais —isto é, no país da matriz.

O Brasil está virando um país burro. Condenado a comprar tudo no exterior, a torrar dólares eternamente para isso. E a ficar nas mãos dos países "que sabem": eles, por meio de suas multinacionais, decidirão sempre o que deve ou não ser produzido pela filial. Pelo Brasil.

Aloysio Biondi, 60, é jornalista econômico. Foi editor de Economia da Folha e diretor de Redação da revista "Visão". Escreve às quintas-feiras no caderno Dinheiro.